

Finalmente, Eduardo Devés-Valdés em *La Mujer en el Pensamiento Latinoamericano del siglo XIX: una esclava muy frívola*, percorre a obra de alguns dos mais importantes autores latino-americanos do século XIX e constata que, salvo raras exceções, nesses escritos o tema da mulher não está presente de maneira explícita. Munido de uma visão intencional sobre as relações de gênero, o autor se propõe buscar nesse material indícios que permitam pôr em relevo os autores que se ocuparam do tema da mulher, identificar os critérios fundamentais pelos quais abordaram o tema e classificar os diversos tratamentos que lhe foram dados. Conclui que, em parte significativa da obra analisada, transparece uma concepção conservadora sobre o papel reservado às mulheres nas sociedades locais, associando-as ao espaço doméstico em contraposição à esfera pública, reservada aos homens. Nesse sentido, a classificação dos comportamentos femininos encontrados não ultrapassa os modelos aceitos socialmente, entre os quais se incluem os opostos da mulher frívola, vaidosa e ociosa e o da aquela ilustrada, virtuosa e trabalhadeira. Alguns poucos autores insistem na necessidade da mulher assumir um papel social além da esfera doméstica, como professora, profissional liberal ou como promotora de eventos culturais e artísticos. O autor ressalta que mesmo nesses casos, entretanto, não se coloca em discussão reivindicações que franqueiem às mulheres participação em cargos públicos ou políticos, ou direitos de cidadania que lhes permitam votar ou ser votada.

A coletânea se reveste de especial importância para todos aqueles que se dedicam a estudar temas relacionados às relações de gênero nas nossas sociedades latino-americanas, particularmente aos que buscam entender os

padrões de ocupação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, suas origens históricas bem como os estereótipos de gênero construídos para justificá-los. Ao voltar o olhar para o papel da mulher – imigrante ou nativa, livre ou escrava – nas sociedades latino-americanas do século XIX e estabelecer um contraponto com a situação atual, dois sentimentos contraditórios emergem com clareza: de regozijo e de preocupação. O primeiro, de regozijo, se baseia no longo e árduo caminho percorrido pelas várias gerações de mulheres no espaço de um século em direção a um posicionamento de maior independência e igualdade em relação aos homens, tanto no que diz respeito aos direitos civis, quanto aos direitos reprodutivos e à própria participação no processo educativo e no mercado de trabalho. Neste final de século XX, as mulheres apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, o que lhes abriu uma ampla e diversificada gama de possibilidades de inserção em vários tipos de trabalhos, muitos deles, até muito pouco tempo atrás, considerados redutos profissionais masculinos. Por outro lado, preocupa constatar que nos dias atuais é ainda bastante significativo o contingente de mulheres que permanecem confinadas em segmentos ocupacionais onde sua presença é tradicional, guetos em que os trabalhos são rotineiros e monótonos, exigindo baixos níveis de qualificação, com pequena ou nenhuma remuneração. Este último cenário sinaliza permanências que precisam ser ultrapassadas no ainda longo caminho que cabe a nós, mulheres deste e do próximo século, trilhar na direção de uma menor desigualdade entre os sexos.

MARIA ROSA LOMBARDI ■

## Existe um ambientalismo feminista?

### Gênero e Meio Ambiente.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam.

São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

A primeira palavra do título do livro deixa claro qual o recorte analítico privilegiado. O problema é que o leitor médio fica sem saber de que gênero se trata. De fato, o uso da categoria **gênero**, no Brasil, é muito restrito, supondo uma *iniciação na chamada perspectiva feminista*. Mesmo na universidade, os estudos de gênero,

como no caso da literatura, por exemplo, referem-se mais aos gêneros literários do que à construção do sexo social ou, na fórmula de Joan Scott<sup>1</sup>, o gênero como organização social da diferença sexual. Vale dizer, a categoria gênero é intrinsecamente relacional e nos ajuda a entender como cada sociedade pensa o que é ser homem e ser mulher. Ora, tanto na apresentação do livro, feita por Jorge Wertheim, da Unesco e Agop Kayayan, da Unicef, quanto no decorrer do próprio texto das autoras, a palavra gênero aparece como sinônimo de mulher. Assim, o título correto do livro deveria ser: Mulher e Meio Ambiente. No título, também, se sugere uma relação especial entre mulheres e o meio ambiente. A pergunta cabível é: qual a natureza dessa relação? Estariam as mulheres mais próximas da causa do meio ambiente por alguma química especial, como preconiza o pensamento conservador e o feminismo essencialista? Moacir Gadotti, que prefacia o livro, sublinha o fato:

“seria preconceituoso dizer, por exemplo, que a relação entre gênero e meio ambiente se dá fundamentalmente porque as mulheres são mais sensíveis, mais cuidadosas com o meio ambiente e preocupam-se mais com a natureza do que os homens, como se preocupam mais dos afazeres domésticos. Isso seria reforçar este-réotipos em relação ao papel da mulher.” (p. 10)

A defesa do meio ambiente passou a ser uma bandeira abraçada pelo feminismo a partir de quando? Como se sabe, o surgimento e expansão do feminismo contemporâneo, na década dos anos 70, no Brasil, realizou-se no quadro da oposição ao regime militar e de solidárias relações com outros movimentos oposicionistas, como a luta pela anistia política, a causa homossexual e outros movimentos contestadores. A defesa do meio ambiente constitui uma bandeira de luta que foi empunhada, no Brasil, por grupos incipientes como aquele ligado ao jornal *Raízes*, editado por Carlos Eduardo Lins e Silva, em meados de 70, ao lado dos primeiros grupos e da imprensa feministas.

Em outras palavras, o chamado movimento verde desenvolveu-se paralelamente ao feminismo, sem que as mulheres se distinguissem especialmente na sua formação. Permanece pois a pergunta: o que seria uma “perspectiva ambiental de gênero”? As autoras dizem que a

Unesco “solicitou este trabalho considerando a ativa participação das mulheres no Brasil, nos anos 90”. Mas, nenhuma outra frase esclarece qual teria sido, do ponto de vista da Unesco ou das autoras, esta participação. Deixemos, então, que as autoras, com suas próprias palavras, nos expliquem qual a contribuição do livro:

“Ao se afastar do debate sobre população e meio ambiente vieses neo-malthusianos, referindo-se à qualidade de vida das populações em sua diversidade social, diálogos, comunicação positiva tornam-se possíveis. Estimula-se com trabalhos desse porte, por sua vez, a legitimação de conhecimentos emergentes, resgatando sujeitos, cenários, ecos sem ecos em tempos próximos e ainda, nestes tempos, em muitos espaços, ou seja, com mulheres e homens em terras, corpos e casas singulares e conhecimentos em gestação, como os agenciados em organizações governamentais, não-governamentais, por movimentos sociais e grupos de base e comunitários, por práticas em processos, muitas que por dificuldades várias vêm e vão, sem ficar na história escrita, como as desenvolvidas por mulheres em comunidades remotas, em algumas ONGs.” (p. 14)

Deixando de lado um certo rebuscamento literário do texto, tentemos resgatar a positiva intenção das autoras em pesquisar homens e mulheres que, no seu duro cotidiano e com os meios de que dispõem, agem no sentido da melhoria da qualidade de vida e da promoção da cidadania. Assim, é mérito do livro preocupar-se com as organizações e ações concretas que hoje se apresentam na realidade brasileira, tendo como norte a questão da preservação das espécies e do meio ambiente.

O livro propriamente dito inicia-se nas “questões introdutórias e metodológicas”, quando as autoras apresentam a definição daquilo que consideram ser o “enfoque de gênero”: “Para chegar a um novo modelo de desenvolvimento, todos os atores e atrizes sociais têm de ser contemplados, considerando suas vozes. É dentro dessa ótica que chamamos a atenção não só para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, como na perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas. O enfoque de gênero está centrado na vivência e incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas, para apontar diferenças e semelhanças e realizar propostas concretas de como garantir a participação mais efetiva”. (p. 18)

O discurso gira em torno de homens e

<sup>1</sup> Vide, a esse respeito, entrevista concedida a Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial, na *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 6 n. 1, 1998.

mulheres utilizando recursos naturais de forma mais ou menos predatória, sem qualquer conexão com a questão concreta da lógica do capitalismo. Centrando o problema da desigualdade primordialmente nas diferenças entre homens e mulheres, as autoras terminam por adotar uma perspectiva culturalista, sem incorporar de fato a dimensão social relacionada à divisão e apropriação da riqueza. O discurso é genérico, como se o problema se resolvesse pela adoção de políticas públicas, sem referência às condições políticas de sua emergência.

No primeiro capítulo, as autoras apresentam o resultado de seu levantamento, realizado em quatro meses, iniciando por aquilo que denominam de ONGs de desenvolvimento e ambientalistas. Trata-se, a meu ver, da parte mais bem sucedida do livro, em que são apresentadas as organizações que trabalham em termos da temática ambientalista. Do conjunto de temas e questões que puderam ser pesquisados, é interessante notar que as palavras-chave encontradas nas entrevistas são "democracia e cidadania". Os participantes das ONGs diferenciam aquelas que defendem a cidadania em oposição "às ONGs prestadoras de serviços, entendidas como o braço executor de políticas do Estado" e que, nessa medida, terminam por perder sua autonomia e papel crítico. (p. 23) Também é nesta parte que são registradas perspectivas mais críticas, como a de Magda Rener, do Amigos da Terra. (p. 47) Para ela, da ECO-92 para cá:

"houve um retrocesso de cinquenta anos. Promoveu-se o neoliberalismo, que é absolutamente destrutivo da natureza e de todos os ecossistemas. O Brasil não cumpriu com nenhum dos seus compromissos. Há um documento do Fórum Brasileiro para ECO e agora o Rio+5. Apesar dito, não se protegeu a biodiversidade". (p. 47)

No segundo capítulo o foco está no movimento de mulheres no Brasil e na questão do desenvolvimento sustentável. Talvez pela elasticidade do tema, as autoras tiveram mais dificuldade em organizar o material coletado. Como o processo histórico de constituição das ONGs permaneceu fora do interesse da pesquisa não foram estabelecidos os laços efetivos entre a história do feminismo e o surgimento das ONGs e seus projetos. Com isso, se deixou de explorar a interessante trajetória da fundadora da Rede de Defesa da Espécie Humana- REDEH, a famosa Shuma, Maria Aparecida Schumacher, que pode ser considerada como uma competente

gestora de políticas sociais para a mulher, sendo também uma das fundadoras do SOS Mulher de S. Paulo, instituição pioneira do início de 80.

O inventário das ONGs e seus projetos constitui uma informação importante, assim como a preocupação em apontar iniciativas variadas com as quais mulheres, em geral pobres, tentam ressignificar o seu trabalho. Assim, concordo plenamente com Moacir Gadotti na seguinte consideração: "Essa parece-me uma das boas contribuições do livro de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Elas mapearam experiências, projetos e ideários, mostraram pequenos grandes gestos feitos para além dos discursos". (p. 10)

As experiências narradas, por outro lado, carecem de uma análise política. Assim, é constrangedor notar que, no item "experiências e representações sobre gênero e meio-ambiente/ONGs, de desenvolvimento" das três experiências apresentadas está a das catadoras de lixo (eufemisticamente chamado de material reciclável):

"Elas têm consciência de que estão fazendo um papel em ecologia, porque aprenderam que o papel é tirado da árvore, e então não se precisa cortar mais árvores. A limpeza da cidade produz lixo que é enterrado e jogado, gerador de poluição, de coisa venenosa. Por coisas bem simples, assim elas não têm vergonha de catar lixo". (Sanchet, Catadoras). (p. 37)

De fato, poder ressignificar a experiência das catadoras de lixo - como trabalhadoras - não pode nos impedir de denunciar o absurdo desta atividade. Levando em consideração a importância do movimento de trabalhadoras das florestas que organizaram, em 1997, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), fica a sugestão para que elas sejam objeto do próximo livro anunciado.

A ausência no livro de qualquer menção ao movimento dos sem-terra, especialmente levando em consideração a ativa participação das mulheres, também é indicativa dos limites do trabalho. Estes limites, diga-se de passagem, não passaram despercebidos das autoras que assim justificam suas escolhas: "Nesse trabalho, privilegiou-se o exploratório, sem análises de discursos mais posicionadas sobre estado da arte quanto ideário, programas e políticas. Mapear perspectivas, práticas, tendo como núcleo e referência o movimento de mulheres na vertente ONGs e chegar a recomendações, eis a intenção". (p. 97)

Dessa maneira, os maiores problemas do livro decorrem de seu peso institucional e de seu



propósito explícito de apresentar uma visão otimista. Na verdade, o livro comprova o enorme abismo entre os propósitos tão bem formulados pela ONU e a dura realidade das brasileiras. Depois de lê-lo, concluo que a superação dos problemas depende de uma politização maior da ação e do pensamento ambientalistas descritos no livro. Nesse sentido, ainda não superamos o pioneiro trabalho dos participantes do Centro de Estudos Ecológicos de Santos, que, em *Ecologia e Sociedade* (São Paulo: Edições Loyola, 1978) afirmavam: "o que se pretende não é um sistema que se acomode às pressões

ecológicas, mas uma revolução econômica, social, cultural, que vá abolir a sede insaciável pelo lucro e a exploração do homem pelo homem e, conseqüentemente, instaurar uma nova relação entre homens, a coletividade e a natureza". (p. 299)

Vinte anos depois, a única modificação que eu faria a esse texto seria especificar que a nova relação entre os homens deve incluir a nova relação entre homens e mulheres.

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES ■

## O pânico ocidental face ao idêntico

### **Les Deux Soeurs et Leur Mère.**

HÉRITIER, Françoise.

Paris: Editions Odile Jacob, 1994.

### **Inceste.**

HÉRITIER, F. et alii.

Paris: Editions Odile Jacob, 1995.

### **Masculin/Feminin (La pensée de la difference).**

HÉRITIER, Françoise.

Paris: Editions Odile Jacob, 1996.

Ao pensar na influência das teorias francesas sobre os estudos de gênero no Brasil é possível observar que são particularmente três disciplinas - Sociologia, Teoria Literária e História Social - as que mais têm influenciado a produção brasileira neste campo.

Na Sociologia conhecemos a significativa produção na área da Sociologia do Trabalho produzida pelo GEDISST<sup>1</sup> da qual a saudosa Bete

Lobo foi uma das principais divulgadoras no Brasil. Na área da produção em Teoria Literária conhecemos, curiosamente através da leitura das feministas pós-estruturalistas norte-americanas, a obra das francesas Hélène Cixoux, Luce Irigaray e Julia Kristeva. São, no entanto, os trabalhos franceses da área de História Social os que têm tido maior repercussão no Brasil. Muitos deles desenvolvidos em torno da orientação de Michelle Perrot<sup>2</sup> que editou, entre outras obras, a coleção *História das Mulheres*<sup>3</sup>. Por diferentes razões, entre elas a particularidade da Antropologia Francesa de privilegiar o estudo de sociedades tribais (em detrimento das sociedades ocidentais contemporâneas), a reflexão antropológica francesa no campo de gênero é bem menos conhecida e utilizada no Brasil.

Os últimos três livros de Françoise Héritier<sup>4</sup> podem reverter esse quadro, pois trazem uma significativa contribuição estruturalista para os estudos de gênero no campo das teorias antropológicas, contribuindo para o debate no interior da disciplina sobre os invariantes culturais e sobre os **universais** da condição humana<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Na Universidade de Paris 7 (Jussieu).

<sup>3</sup> Traduzida em português pelas Edições Afrontamento de Porto (Portugal).

<sup>4</sup> Françoise Héritier é uma antropóloga engajada em diferentes lutas sociais contemporâneas, fazendo parte de inúmeras comissões e instituições, entre elas, o Conselho Nacional Francês sobre AIDS e a Academia Internacional das Culturas em Defesa dos Direitos Humanos

<sup>5</sup> Héritier, detém um lugar de grande prestígio no

<sup>1</sup> Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail, ligado ao CNRS, sediado no IRESCO.